Planejamento, a contar de 04.05.10, concedida através da Portaria nº 002/DAF de 12.04.10, publicada no DOE nº. 31.585 de 14.01.10, gozou 120 (CENTO E VINTE) dias de licença referente aos triênios 02.08.91 a 01.08.94 e 02.08.94 a 01.08.97 e ficando-lhes restante 180 (CENTO E OITENTA) dias de licença referente aos triênios 01.08.97 a 01.08.00, 02.08.00 a 01.08.03 e 02.08.03 a 01.08.06.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

João Batista de Melo Bastos

Diretor Administrativo e Financeiro

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 100612

PORTARIA: 062/2010

Objetivo: PARTICIPAR DO SEMINÁRIO DE " DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL".

Fundamento Legal: LEI 5810/94, ART145/149.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

MARABÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

57191005/CASSIANO FIGUEIREDO RIBEIRO (DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E ANÁLISE CON) / 2,5 diárias (Completa) / de 04/05/2010 a 06/05/2010<br

Ordenador: FERNANDO JORGE DE AZEVEDO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

D E C R E T O N.º 826/2010-MD/AL

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 100690

AMesaDiretorada Assembléia LegislativadoEstadoPará, usando dasatribuiçõesquelhe confereRegimento Interno, R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o Senhor SÉRGIO DUBOC MOREIRA, do cargo de "DIRETOR DE DEPARTAMENTO FINANCEIRO" - DAS.201.4, do Quadro de Provimento em Comissão deste Poder Legislativo, a partir de 01 de maio de 2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

BELÉM, E.(PA), 06 DE MAIO DE 2010.

Deputado DOMINGOS JUVENIL

Presidente

Deputado MIRIQUINHO BATISTA

1º Secretário

Deputado ADAMOR AIRES

2º Secretário

LEI COMPLEMENTAR Nº 073, DE 28 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 100518

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 05/90, de 24 de janeiro de 1991.

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ** estatui e seu Presidente, nos termos do § 7º do art. 108 da Constituição do Estado promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 05/90, de 24 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Poder Executivo pagará, por indicação do beneficiário do auxílio, diretamente à Casa Andréa, entidade que promove assistência aos hansenianos, 10% (dez por cento) sobre a base a que alude o art. 1º da Lei Complementar nº 05/90, de 24 de janeiro de 1991.

§ 1º Deverá a interessada em receber o auxílio comprovar:

I - ser de utilidade pública estadual;

II - ser cadastrada na Secretaria Estadual de Saúde;

III - comprovar a prestação de relevantes serviços no atendimento do hanseniano reconhecido como pobre.

§ 2º O pagamento do auxílio aqui tratado proceder-se-á através do Banco do Estado do Pará S.A. ou, na falta deste, pelo Banco da Amazônia S.A., Banco do Brasil S.A., ou pela rede bancária privada, seguindo esta ordem de preferência.

§ 3º A entidade beneficiada prestará contas do auxílio recebido, na forma da Lei e estará sujeita à fiscalização do órgão concedente".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CABANAGEM, GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 28 DE ABRIL DE 2010.

DEPUTADO **DOMINGOS JUVENIL**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2010

Data: 06/05/2010

Valor: 22.000,00

Objeto: Contratação com o Jornal Diário do Pará para divulgação da realização do III Fórum TCE/PA e Jurisdicionados.

Fundamentação Legal: Art.25 da Lei 8.666/93

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza de Despesa Fonte de Recurso

Origem do Orçamento:

010332122247820000 339039 0101000000

Contratado(s):

Nome: Jornal Diário do Pará

Endereço: Av. Alm. Barroso, Bairro: Marco, 2190

CEP: 66093-020 - Belém-Pará

Telefone: 9132310404

Ordenador: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2010

Data: 06/05/2010

Valor: 4.222,80

Objeto: Contratação com as empresas Rádio e Televisão Marajoara para divulgação da realização do III Fórum TCE/PA e Jurisdicionados.

Fundamentação Legal: Art.25 da Lei 8.666/93

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza de Despesa Fonte de Recurso

Origem do Orçamento:

010332122247820000 339039 0101000000

Contratado(s):

Nome: Rádio e Televisão Marajoara Ltda

Endereço: Rua dos Tamoios, Bairro: Batista Campos, 1448

CEP: 66.025-540 - Belém-Pará

Telefone: 913222-0444

Ordenador: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

SESSÃO DE 20.04.2010

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 100353

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 20 de abril de 2010 as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 47.157

Processo nº. 2006/51593-9

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 051/2004 e termos aditivos firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ e a SEPOF

Responsável: Sr. JOSÉ ANTÔNIO FAUSTO DA SILVA, Prefeito à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$-225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

ACÓRDÃO Nº. 47.158

Processo nº. 2008/52126-2

Assunto: Prestação de contas da COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO referente ao Exercício Financeiro de 2007.

Responsável: Sra. ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES - Diretora Presidente à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$8.269.998,50 (oito milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), e aplicar a Sra. ANN CLÉLIA DE BARROS PONTES, Diretora Presidente à época, CPF nº. 295.300.912-49, a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7086/2008, c/c os arts, 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa se não recolhida no prazo legal, conforme

estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.159

Processo nº. 2003/50988-2

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 302/2001 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. ANTONIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO - Prefeito à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a,b,c" c/c os arts. 41, 73 e 74, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. ANTONIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO - Prefeito à época, C.P.F. nº. 124.386.002-25, ao pagamento da importância de R\$ 83.916,00 (oitenta e três mil, novecentos e dezesseis reais), atualizada a partir 18/06/2002 e acrescida de juros até o efetivo recolhimento; e

II - Aplicar as multas de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), pelo dano causado ao erário e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas nos termos disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº 17.492/08/TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrentes do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 71 § 3º da Constituição Federal.

Nos termos que lhe faculta o artigo 35, parágrafo único do RITCE/PA, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ivan Barbosa da Cunha, presente à sessão, declarou-se impedido de votar neste julgamento.

ACÓRDÃO Nº 47.160

Processos nº. 2005/51251-6

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 106/2003 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU e a SEPOF

Responsáveis: Sra. ASTRID MARIA DA CUNHA E SILVA, Prefeita à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, Alíneas "a,b,c" c/c os arts 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar a Sra. ASTRID MARIA DA CUNHA E SILVA, Prefeita à época, C.P.F. nº. 131.727.513-68, a devolução da quantia de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) devidamente atualizado a partir de 29.12.2003, acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento; e,

II - Aplicar as multas de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) pelo dano causado ao erário e, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3ª da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 47.161

Processo nº. 2005/52369-1

Assunto: Tomada de contas referente ao convênio nº. 098/2004 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA e a SEDUC.

Responsável: Espólio do Sr. FRANCISCO MAUES CARVALHO - prefeito à época

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, e 39 da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$404.501,60 (quatrocentos e quatro mil, quinhentos e um reais e sessenta centavos), sem aplicação da multa regimental, ante a extinção da punibilidade pelo falecimento do responsável e dar quitação ao espólio.